Tomás Pompeu de Souza Brasil

Um Senador do Império
Esboço Biográfico

José Marcelo de Alcântara Pinto
Sócio-Correspondente

Ordenado sacerdote a 18 de setembro de 1841 no Palácio da Soledade, em Olinda, Tomás Pompeu de Souza Brasil celebrou a primeira missa na Terceira Dominga do Advento. Dois anos depois, a 24 de outubro de 1843, no convento dos beneditinos, onde se achava instalada a Academia de Direito, recebia o grau de bacharel (tinha 27 anos: nasceu a 6 de junho de 1818, na vila, hoje cidade de Santa Quitéria, da então Província do Ceará).

Da sua turma faziam parte dois outros cearenses: Gonçalo Batista Vieira Júnior, que seria Barão de Aquiraz, deputado provincial e à Assembléia Geral do Império, e Antônio Elias Saraiva Leão, também padre (Seminário de Olinda, 1836) e que teria assento no legislativo de sua terra.

Amigo do bispo D. Tomás de Noronha, que em 1844 seria diretor efetivo da Academia de Direito de Olinda, este o influenciara, antes, a submeter-se a concurso para lente substituto de teologia do seminário da diocese, o que fez (1840), sendo aprovado e nomeado.(1)

---

1 — Muitos anos depois, no Senado do Império (sessão de 1.9 1869), criticava o governo imperial por se intrometer nos seminários, demitindo, sob protestos dos bispos, os seus professores. Apoiado por Francisco José Furtado, afirmava: "Os professores dos seminários são os únicos funcionários no Brasil que não têm direito, em sua velhice, depois de muitos anos de serviço, a uma remuneração quando caem em invalidez; alguns professo-

Antes de se formar, Tomás Pompeu de Souza Brasil viajou até Fortaleza para visitar sua família, principalmente o tio e protetor, capitão Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, muito dedicado ao capitão-mor Francisco de Paula Pessoa, da confiança do Senador José Martiniano de Alencar, donatário liberal da Província.

Naquele tempo, os grupos familiares dispersos pelos extensos latifúndios constituíam a única realidade do país. Uma sociedade de proprietários, em geral rudes, cuja vida repousava na estabilidade imposta pela moderação que resultava do domínio da burguesia vitoriosa e na dualidade econômica — senhores de escravos nos domínios e comerciantes de produtos de exportação.

Francisco de Paula Pessoa, que seria Senador do Império,(2) aceitava e prestigiava o regime político existente. Pertencia à classe senhorial que procurava se adaptar ao novo estado de causas que significava a consolidação de um prestígio que guardava as reminiscências do passado, esquecido pelos novos problemas sociais que surgiam.

Por sua vez, o Senador José Martiniano de Alencar era legítimo representante da sociedade da época. Sacerdote, defendia o princípio da tolerância e da liberdade de consciências e, espírito que costumava aceitar diferenças para mais ou para

---

res dos seminários têm ensinado durante 30 a 40 anos; tornam-se inválidos pela velhice e não têm direito à jubilação, como qualquer outro professor!"

"O nobre Ministro do Império (Paulino José Soares de Sousa), há de confessar que isto é iníquo. Eu me lembro de um respeitável sacerdote que foi meu mestre em Olinda, o padre mestre dr. Manuel Tomás de Oliveira, o qual depois de trinta e tantos anos de serviço, no Seminário daquela diocese, foi demitido e está inválido, sem nenhuma jubilação. Na cadeira de teologia moral se revelava um sábio, ministrando suas lições sob admirável modéstia" ("Anais do Senado do Império, 1.ª sessão da 14.ª legislatura, vol. V, págs. 9/16).

Aliás, durante o reinado de D. Pedro II foi constante a interferência do Ministério do Império na jurisdição episcopal, inclusive sob pretexto de examinar os estatutos dos seminários para adaptá-los à sua política, questão que no Conselho de Estado foi estudada em várias ocasiões, notadamente em 1864, quando o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, proferiu parecer que proporcionou fim à controvérsia (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lt. 217, doc. 107).

2 — Deputado provincial (1.ª legislatura, 1835-1837 — HUGO VITOR GUIMARÃES, "Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará", págs. 27, Editora Jurídica Ltda, Fortaleza, 1952), foi nomeado Senador do Império em 23.12.1848, na vaga do Marquês de Lages (João Vieira de Carvalho), falecido a 1.º.4.1847. Realizou-se a eleição em dezembro desse ano, também para preenchimento de outro lugar: de Manuel do Nascimento Castro e Silva, morto a 23.10.1846 (AFONSO DE E. TAUNAY, "O Senado do Império", págs. 195/196, Livr. Martins, S. Paulo, 1941).

menos, não sustentava temas que levassem a polêmicas sem fim.

Não tinha a preocupação da fixidez e nem participava da agonia da defesa das posições tradicionais. Respeitava a organização eclesiástica, razão por que, na política, haveria de se transformar em defensor da legitimidade da instituição monárquica. Na mocidade, aceitara uma origem humana para o poder. Depois, optou pela realeza.

Nomeado Senador do Império [3] para preencher a vaga do Marquês de Aracati (João Carlos Augusto de Oyenhausen e Gravenburg), por carta imperial de 10 de abril de 1832, da Regência Permanente (era Ministro do Império o padre Diogo Antônio Feijó que ocupava a pasta desde 3 de janeiro daquele ano, substituindo ao deputado José Lino Coutinho), afastou-se da câmara temporária.[4]

Em Fortaleza, ligou-se Tomás Pompeu de Souza Brasil, por influência do tio, aos círculos "chimangos" (liberais), tirando proveito da circunstância para expender suas idéias sobre a necessidade de se criar, na capital, um estabelecimento de ensino capaz de satisfazer aos anseios dos jovens da província.

Teve de regressar a Olinda, mas sua opinião se revelou capaz de sensibilizar os deputados provinciais que, pela lei n.º 304, de 15 de julho de 1844, sancionada pelo Presidente brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, criaram o Liceu.

O militar viera para o Ceará como delegado do Gabinete de 23 de janeiro de 1843 no qual pontificava o Senador Honório Hermeto Carneiro Leão, então Visconde de Paraná e depois Marquês do mesmo título, a maior personalidade do partido "caranguejo" (conservador) do Império.

Mas os ocupantes das pastas ministeriais brigaram (o Gabinete demissionário dispunha de maioria nas duas Câmaras,

---

3 — Realizou-se o pleito em dezembro de 1831, constituindo-se a lista tríplice de José Martiniano de Alencar, eclesiástico, 196 votos; Manuel do Nascimento Castro e Silva, 133; Francisco Alves Pontes, proprietário, 109 (AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., pág. 195).

4 — 2.ª legislatura, 1830-1833. Eram representantes da Província do Ceará: José Martiniano de Alencar, padre, Manuel do Nascimento Castro e Silva, Antônio de Sales Nunes Belfort, Vicente Ferreira de Castro e Silva, José Rebelo de Sousa Pereira, Manuel Pacheco Pimentel, Francisco de Paula Barros, padres, e Antônio Joaquim de Moura. Nomeado senador do Império, José Martiniano de Alencar foi substituído na sessão de 1832 por Joaquim Inácio da Costa Mendes e na de 1833 por Gregório Francisco Torres de Vasconcelos (BARÃO DE JAVARI, "Organizações e Programas Ministeriais", pág. 284, nota 3, 2.ª edição, publicação do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1962).

porém, Saturnino de Sousa e Oliveira, inspetor da Alfândega da Corte, entendeu de desobedecer a Honório Hermeto que propôs a exoneração do recalcitrante. D. Pedro II, influenciado por Paulo Barbosa Silva, íntimo de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, irmão do funcionário, resistiu à solicitação e o Visconde de Paraná não precisou mais para o Ministério a se retirar do governo).

Foi convidado pelo monarca o Senador José Carlos Pereira de Almeida, Visconde de Macaé, para dirigir os negócios do país, que alvitrou a dissolução da Câmara dos Deputados: na sessão de 24 de maio de 1844, foi lido o decreto que convocava "outra para 1.º de janeiro do ano futuro" e que representaria o domínio do partido ultraliberal.

Com o Visconde de Macaé (2 de fevereiro de 1844) surgiu um Gabinete que era representante de interesses políticos diversos: liga de "chimangos" com "caranguejos" dissidentes, sob a denominação de "equilibristas", espécie de "progressistas", que obedeciam à orientação do Senador Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda.

Para permanecer na administração provincial, o brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt procurou acomodar-se à nova situação política, mas não pôde deixar de aceitar e satisfazer as exigências dos "caranguejos", que, no Ceará, eram chefiados pelo cel. Francisco Fernandes Vieira, Barão e Visconde do Icó, que tinha em seu filho, Dr. Miguel Fernandes Vieira, magistrado, o elemento capaz de executar as manobras partidárias que visavam, como era do tempo, esmagar os adversários.

Os "equilibristas" cearenses afastados das hostes políticas da poderosa família Fernandes Vieira (os "Carcarás") mantinham esperanças na atuação do presidente. Entretanto, veio-lhes cedo a decepção: apesar de apontado como seu candidato à Câmara temporária, o brigadeiro Bitencourt não hesitou em viajar para Aracati com o Dr. Miguel Fernandes Vieira, seu chefe de polícia e pretendente à eleição, onde iriam dirigir o pleito.

Porém, se verificou mudança no governo provincial e o substituto nomeado[5] foi o tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos (era muito ligado ao Senador José Martiniano de Alencar e da intimidade do padre Diogo Antônio Feijó, de quem

5 — O brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, nomeado Presidente da Província do Ceará por carta imperial de 12.1.1843, tomou posse a 3 de abril seguinte. Entregou o governo provincial ao tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos a 4.12.1844 que ocupava a administração pela segunda vez: fora o 3.º Presidente (carta imperial de 1.8.1833 e posse a 26 de novembro do mesmo ano).

se aproximara por intermédio de Manuel do Nascimento Castro e Silva, da afeição do chefe político cearense).

O novo presidente não era estranho ao Ceará que governara em 1833 (nomeado por carta imperial de 1.º de agosto e posse a 28 de outubro), quando, no Império, exercia o poder a Regência Permanente. Apressou-se em executar a lei que criava o Liceu, cogitando de entregar a sua organização a quem tivesse capacidade e pudesse dirigi-lo com eficiência.

Amigo de D. Tomás de Noronha, bispo de Olinda, escreveu-lhe sobre o assunto, pedindo que indicasse uma pessoa idônea e capaz para o desempenho da difícil missão. O diocesano lembrou o Padre Dr. Tomás Pompeu de Souza Brasil, advertindo que a nomeação envolvia interesses políticos, motivo por que o Presidente devia dirigir-se ao Senador José Martiniano de Alencar.(6)

A estima que o Senador Alencar dedicava a D. Tomás de Noronha teve origem numa circunstância dolorosa de sua vida: envolvido na Revolução de 1824, devia seguir escoltado de Juazeiro para a Corte, quando soube que o bispo se achava em visita pastoral na Vila da Barra, que nesse tempo pertencia à sua diocese e à Província de Pernambuco.

Obteve ser levado a presença do prelado, português de nacionalidade e amigo devotado de D. Pedro I, para que lhe beijar a mão. Foi fácil porque toda escolta desejava a mesma graça. Ao ouvir-lhe o nome, D. Tomás de Noronha perguntou-lhe qual o parentesco com o Alencar da Assembléia Constituinte.

Ante a resposta e tirada a limpo a identidade, dirigiu-se D. Tomás de Noronha ao coronel Jacinto Pinto Teixeira, comandante da escolta, dizendo-lhe: "Sr. Comandante, quem vai preso, sob suas ordens, não é o Padre Alencar, mas o Bispo de Olinda".(7)

O Senador José Martiniano de Alencar transmitiu ao Presidente Inácio Correia de Vasconcelos a sua concordância: "Lembro a V. Exa. que o Revmo. Bispo não me aborrece com

---

6 — Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (autógrafos), Rio de Janeiro, código 1-1-19, 32.

7 — Reminiscências do Monsenhor Vicente Pinto Teixeira, tio-avô do autor. O sacerdote, filho de Antônio Pinto Teixeira e de Da. Maria de São José Teixeira, era sobrinho-neto do cel. Jacinto Pinto Teixeira. De tradicional família cearense que fundou a cidade de Aurora, antiga Venda (Ver BARÃO DE STUDART, *Dicionário Biobibliográfico Cearense*, vol. 3.º, págs. 209/210, *Tip. Minerva*, Fortaleza, 1915). A ocorrência também é relatada por PAULINO NOGUEIRA, "Rev. Trimestral" do *Instituto do Ceará*, ano e tomo XII, 1898.

as solicitações que me dirige; ademais, o nome do Padre Tomás Pompeu é de minha confiança".(8)

Agradava ao diocesano que mantinha amizade com o Bispo de Anemúria frei Antônio de Arrábida, bispo titular. Foi retirado do Convento de Santo Antônio para ser diretor de educação literária de D. Pedro II, por José Bonifácio de Andrada e Silva que o conhecia desde os tempos do "Apostolado".

Fora mestre do Princípe da Beira, depois. D. Pedro I. Em 1838, foi reitor do Colégio de Pedro II, e, em 1842, conselheiro de Estado honorário. Quando Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, Marquês de Itanhaém, foi nomeado tutor do monarca, frei Antônio de Arrábida se retirou do Paço, sendo substituído, por indicação de Paulo Barbosa Silva, pelo frei Pedro de Santa Mariana e Sousa, mais tarde Bispo de Crisópolis, que Já lecionava lições de latim, de lógica e de matemática ao menino imperador.(9)

Tomás Pompeu de Souza Brasil organizou o Liceu de modo a projetar o estabelecimento de ensino para o futuro. Na casa de propriedade de Odorico Segismundo Arnaut, pagando o aluguel de 400$000 anuais — era um sobrado de quatro portas de frente, na Praça dos Mártires —, realizou-se, às 12 horas do dia 19 de outubro de 1845, a sessão solene da instalação, presidida pelo cel. Inácio Correia de Vasconcelos, assistida por numeroso público e por toda congregação (Tomás Pompeu, diretor, lente de Geografia e História, Manuel José de Albuquerque, de Filosofia, Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, de Retórica e Poética, padre Manuel Severino Duarte, de Latim, Joaquim Saldanha Marinho, de Geometria, e Jorge Acrísio e Silveira, de Francês e Inglês).(10)

A sua dedicação ao ensino não o impedia de participar das decisões políticas de seus amigos, todos obedientes à chefia do Senador Alencar que tinha às mãos a quase totalidade do corpo eleitoral da Província.

Os "chimangos" (liberais) estavam unidos, pois a família Castro, de benéfica influência — ainda preponderante, embora a perda de seu chefe, major João Facundo de Castro Menezes, assassinado quando o brigadeiro José Joaquim Coelho, depois Barão da Vitória, exercia a presidência do Ceará (nomeado por carta imperial de 1.° de abril de 1841, tomou posse a 9 de maio,

8 — Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (autógrafos), Rio de Janeiro, código 1-3,14,62.

9 — Idem, código 1-,16,38.

10 — "Rev. Trimestral" do *Instituto do Ceará*, ano e tomo XXI, 1907, 1.° e 2.° trimestres, págs. 344/345.

governando até 13 de março de 1843) — não discrepava da orientação ditada pelo prestigioso político.

Tão decisiva a sua influência, que, na regência do padre Diogo Antônio Feijó, sustentara Manuel do Nascimento Castro e Silva, então deputado à Assembléia Geral, no cargo de ministro da Fazenda.(11)

Por lealdade ao sacerdote paulista, quando da eleição de regente — Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, com assento na câmara temporária, se apresentara candidato em oposição a Pedro de Araújo Lima, regente interino, que executava uma política nitidamente infensa a Diogo Antônio Feijó — não hesitou em levar os seus amigos a combater o futuro Visconde e Marquês de Olinda, rompendo com o presidente da província, major Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que vinha mantendo uma posição de neutralidade.(12)

Não gostando de comparecer às reuniões sociais, deixando mesmo de tomar parte nas "rodas de calçadas", hábito cearense perfeitamente justificado, à época, em que não havia clubes nem casas de diversão diária, sendo raras as apresentações teatrais,(13) Tomás Pompeu preferia permanecer em seu gabinete, recolhendo, com método e paciência, notas esparsas, organizando estatísticas.

Era, desde moço, trabalhador incansável, noite e dia ocupado com a leitura e o estudo. Daí a razão por que nunca ofereceu aos amigos a intimidade de casa.

A amizade e o convívio com D. Tomás de Noronha (foi nomeado diretor interino da Academia de Direito de Olinda a 23 de abril de 1839, pelo presidente da Província, Francisco do Rego Barros, 1.º barão, visconde e conde de Boa Vista), no im-

---

11 — Gabinete de 14.10.1834, de 5 de fevereiro e de 1.º de novembro de 1836 (BARÃO DE JAVARI, obra *cit.*, págs. 57, 58 e 61).

12 — Na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (autógrafos), a correspondência do Senador José Martiniano de Alencar com o Presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo (cód. 1-1,17,1). A decisão foi tomada em reunião realizada no sítio do Senador Alencar, "Alagadiço Novo", em Messejana, com a presença do major João Faculdo de Castro Menezes que pretendia pugnar pelo apoio a Pedro de Araújo Lima (PAULINO NOGUEIRA, "Rev. Trimestral" do *Instituto do Ceará*, ano e tomo XIV, 1.º e 2.º trimestres, págs. 97/113).

13 — "Theatro Thaliense" Domingo, 18 do corrente. Representação do drama em três atos — "A coroa hereditária ou o perigo dos povos" —. "Entremez — O Judeu em sábado de aleluia". Era 1.º secretário José Nunes de Melo e os sócios deviam receber os cartões na casa do tesoureiro, Francisco Coelho da Fonseca (*O Cearense*, edição de 11.10.1846, coleção da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

pedimento do efetivo, padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, amenizaram a solidão de seus dias.

Português de origem, se achava no Rio de Janeiro quando se proclamou a Independência do Brasil, a que aderiu. Estando vaga a diocese de Olinda, D. Pedro I incumbiu-o de governá-la, nomeando-o bispo, em 1823. Seguiu do Rio de Janeiro, por terra, até o Ceará, de onde regressou a Olinda.

Confirmado bispo pelo Papa Leão VII, em 1828,(14) à ação apostólica juntou a compreensão pela situação dos jovens estudantes de Direito que enfrentavam dificuldades no prosseguimento dos estudos.

O seu saber, virtudes e hierarquia social influenciaram a mocidade e poderiam ter levado Tomás Pompeu de Souza Brasil, jovem sacerdote e bacharel em Direito, a adotar as idéias próprias de uma situação conservadora.

Mas ele não era propenso a esse estado de espírito. Sempre foi um homem de leitura. Em sua residência, o gabinete de estudo tinha junto às paredes as estantes, já insuficientes para tantos livros. No centro, uma larga mesa atulhada de papéis, brochuras e jornais, onde ficava horas seguidas a estudar, anotando tudo que despertava seu interesse. Já contava com os embaraços da miopia que lhe veio muito precoce, motivo por que tinha por hábito abrir as janelas,(15) a clareza e a facilidade de expressão, a dignidade que impunha às suas maneiras, ao lado de uma simplicidade de gestos que revelavam seu caráter, levaram o ex-professor do Seminário de Olinda a tomar posição ao lado daqueles que, no ambiente intelectual e político da Província de Pernambuco, mostravam inclinação para o estudo da História e da Política que desenvolviam princípios que se afastavam das arcaicas idéias herdadas de um passado que se ligava aos fatos ocorridos no período das regências.

Permanecia distante das inquietações porque desejava idéias e princípios liberais que favorecessem o progresso do

---

14 — Não lhe foram entregues as bulas pontifícias. Faleceu a 9 de julho de 1847, retornando o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama às funções de diretor da Academia de Direito de Olinda (CLÓVIS BEVILÁQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, edição comemorativa do Sesquicentenário da Instauração dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827-1977), págs. 47, 60 e 76, convênio INL/MEC, Camp. Melhoramentos de São Paulo, 1977; MANUEL DE ALVARENGA, *O Episcopado Brasileiro*, pág. 172, São Paulo, 1916, Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), índice 230 5.1, Rio de Janeiro.

15 — CRUZ ABREU, "Rev. Trimestral" do *Instituto do Ceará*, tomo e ano XLVIII, pág. 122.

Império. E harmonizava esse modo de pensar com a base de sua fé: sempre foi católico convicto.

Sem altivez, sabia impor respeito e ganhar a admiração dos amigos e dos adversários, porque no próprio trajar roupas limpas, decentes, corretas, como as de homem que se cuida aos próprios olhos da consciência —, indicava possuir uma natureza despida de ostentação e que se exteriorizava em seus mínimos gestos.

Convencia pela argumentação sólida, porque não sabia perder seu tempo ("Raro, qualquer descanso em palestra, na *prosa,* costume de sua terra. Tinha horror aos *maçantes;* deles se queixou, certa vez, em uma das cartas com que colaborava num dos periódicos da Corte — *Correio Mercantil*".(16)

No entanto, nunca adotou atitudes de intransigência porque tinha conhecimento de uma regra que os exemplos da História ensinavam: ser a política a arte do possível (quando os elementos liberais da "liga progressista" brigaram com Domingos José Nogueira Jaguaribe, que seria Visconde de Jaguaribe, e com os remanescentes da família Fernandes Vieira, tentaram uma reaproximação com Tomás Pompeu), não hesitou em aceitar o acordo que levou o seu partido à vitória — 13.ª legislatura da Assembléia Geral, 1867-1868: elegeu os Drs. José Avelino Gurgel do Amaral, Joaquim Bento de Sousa Andrade, Francisco de Paula Pessoa Júnior, Hipólito Cassiano Pamplona, José Júlio de Albuquerque Barros (depois Barão de Sobral) e Leandro Chaves de Melo Ratisbona. Os conservadores somente conseguiram dois representantes: Drs. João Ernesto Viriato de Medeiros e Bernardo Duarte Brandão, Barão do Crato.(17)

Não alterava os hábitos solitários no período das sessões da Câmara dos Deputados, e, depois, do Senado do Império. Não lhe apraziam as seduções da Corte e nos salões (amigo íntimo de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Teófilo Benedito Otoni, José Tomás Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, Francisco José Furtado, Joaquim Saldanha Marinho e Lafaiete Rodrigues Pereira, todos homens de importância no seu partido, não lhes buscava o convívio) somente os freqüentava nas ocasiões que exigiam sua presença, perma-

16 — CRUZ ABREU, *cit.*

17 — "Miscelânea — Eleição do Ceará em 1867", cap. V, *Os Partidos Políticos do Ceará,* págs. 45/47, exemplar da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

necendo na cela do Convento de Nossa Senhora do Desterro, na Lapa, onde se hospedava.

Com o tempo, todos passaram a reconhecer que ele não queria demonstrar que voltava as costas ao futuro, tratando de perpetuar o passado. Aprenderam que era adepto dos métodos de economia que ofereciam transformações, aceitando as concepções que pudessem imprimir novas forças à infra-estrutura da sociedade.

Espírito inteligente e lúcido, afeito à reflexão das lutas pelas idéias — acostumara-se, em Recife, a compreender o valor do pensamento que em Pernambuco havia se extravasado através dos homens que não tinham hesitado em se defrontar com o poder imperial —, compreendeu que a imprensa, representando a liberdade de expressão, servia para acompanhar e analisar os acontecimentos políticos, conforme a correlação das forças em disputa.

A província pernambucana guardava bem vivas as tradições de Cipriano José Barata de Almeida (editou a *Sentinela da Liberdade na guarida de Pernambuco,* que circularia em 1823 — 66 números) e do frei Joaquim do Amor Divino Caneca (este, homem indomável, que se sagraria como herói e como mártir. A 25 de dezembro de 1823, havia lançado o "Tifis Pernambucano".(18)

Trazia para o Ceará a força de vontade que haveria de se impor para oferecer ao público um órgão de imprensa capaz de defender as opiniões do partido, possuidor da coragem para criticar os atos do governo.

Seria o nascimento da imprensa partidária que, para o tempo, exigia que se congregassem quatro qualidades: o literato, o jornalista, o orador e o político. Porque o Brasil, já oferecendo uma estrutura articulada e firme, começava a ansiar por mudanças.

Em Fortaleza (1.º de abril de 1824), começara a circular o *Diário do Governo do Ceará.* Porém, depois, o ambiente agitado da época, apesar de representar a continuidade do avanço das idéias liberais, mais tarde contidas pela vitória da Maioridade, tinha permitido o aparecimento de um tipo de jornal, de características específicas.

De modo que as forças políticas em luta não tinham condições para emergir e desenvolver atividades que possibilitas-

18 — NELSON WERNECK SODRÉ, *A História da Imprensa do Brasil,* pág. 106. Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1966.

sem, face ao grau de profundidade a que seriam levadas, uma solução adequada ao problema do poder.

Em 1838 surgiu o *Dezesseis de Dezembro*, órgão do partido conservador, fundado para comemorar a posse do major Manuel Felizardo de Sousa e Melo.[19] O primeiro número saiu a 1.º de julho, impresso na Tipografia Constitucional, de Galdino Marques de Carvalho, natural do Maranhão, sito na rua dos Quartéis.

Desapareceu em 1840, com a elevação de D. Pedro II ao trono, surgindo o *Pedro II*, sendo seus redatores o Dr. Miguel Fernandes Vieira, proprietário, Dr. Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira e Manuel José de Albuquerque, redatores.[20]

Ainda nesse ano foi publicado o *Vinte e Três de Julho* para comemorar a ascensão dos liberais ao poder. O primeiro número é de 22 de outubro e o seu principal redator foi o Dr. José Lourenço de Castro e Silva.

Saía da *Tipografia Patriótica* de Antônio Elói da Costa e teve curta duração: a 1.º de dezembro de 1841 foi substituído pela *Fidelidade* que, dois anos depois, se transformaria em *O Cearense*. Deste foi fundador e dirigente Tomás Pompeu de Souza Brasil, nele colaborando o Dr. Frederico Augusto Pamplona.[21]

Em 1844 os "caranguejos" dissidentes publicaram *O Equilíbrio* (11 de outubro).

---

19 — 8.º Presidente. Nomeado por carta imperial de 16.10.1839, tomou posse a 16 de dezembro seguinte. Administrou a província até 15.2.1839, (MIGUEL ARCANJO GALVÃO, *"Relação dos Cidadãos que tomaram Parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 até 15 de Novembro de 1889"*. pág. 90, edição do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1969).

20 — Ver BARÃO DE STUDART, "Para a História do Jornalismo Cearense (1824-1924), Fortaleza, *Tip. Moderna*, F. Carneiro, 1924.

21 — "Publica-se por ora uma vez por semana; e quando as circunstâncias o exigirem, sairá extraordinariamente; subscreve-se presentemente a 12$000 por ano, pagos adiantadamente; vende-se no escritório da redação, à rua D. Amélie n.º 14, onde se recebem comunicados e correspondência, por preço razoável, sendo de interesse particular, devendo ser remetidos em carta fechada; os anúncios pagarão 80 réis por linha" (N.º 1, ano de 1845, domingo, 4 de outubro. Coleção da Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, Rio de Janeiro).

A partir de 1862, registrava *O Cearense* — Propriedade de Tomás Pompeu de S. Brasil, é destinado a sustentar as idéias do partido liberal; só toma a responsabilidade dos artigos da redação, devendo todos os mais para serem publicados, vir completamente legalizados e publica-se duas vezes por semana nas 3.ªs e 6.ªs feiras de cada semana", (Edição de 7 de janeiro, coleção da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras).